



RESENHA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PROVOCAÇÕES SOBRE DEMOCRACIA E GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Fábio Araujo de Souza¹

A gestão democrática do ensino público é um princípio da educação nacional expresso no inciso VI do Art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Foi uma conquista histórica encampada por movimentos em defesa da escola pública, no processo da Constituinte, em 1987, cujo objetivo era que o texto constitucional expressasse a educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Mesmo após anos de disputas no Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), no seu inciso VIII do Art. 3º, também, determina a gestão democrática enquanto um princípio da educação brasileira. Por fim, a Lei do Plano Nacional de Educação (2014-2024) estabeleceu a meta 19 e 8 estratégias para avançar na busca da gestão democrática no país.

Afora os marcos regulatórios descritos acima as redes públicas de ensino, também, gozam de autonomia para regulamentar a gestão democrática. Recentemente, a partir de 2016, com o golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff da presidência da república e as, consequentes, políticas econômicas adotadas trouxeram um ambiente de insegurança e de, nos termos de Daniela Patti do Amaral (2020), desnutrição das políticas sociais, em especial, da gestão democrática da educação. Tal mudança na rota das políticas sociais tem tido efeitos devastadores por todo o país nos últimos anos.

Portanto, analisar as decisões das políticas educacionais locais com base nos efeitos das políticas nacionais e estaduais é um exercício fundamental

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ), docente do Departamento de Administração Educacional da FE-UFRJ e Diretor da ANPAE-RJ. E-mail: f.asouza@yahoo.com.br

para entender os meandros impostos pelos sucessivos ajustes fiscais e pela imposição vertical de decisões das políticas educacionais advindas, também, dos mantras internacionais. É nesse sentido que o processo democrático no país pouco avança e, em muitos casos, retroage, pois apesar das leis conterem um verniz democratizante na prática, em muitos casos, os avanços são minados por métodos de caráter arbitrário e, usando o termo de Daniela Patti Amaral (2020), desdemocratizantes por parte dos gestores do Poder Executivo alinhado aos interesses hegemônicos do bloco no poder.

Se o processo de democratização das escolas pode não garantir a democratização da sociedade, tão pouco, sem ele será possível avançar nas práticas democratizantes na sociedade. É nesse sentido que se tornam extremamente relevantes as contribuições do livro: *Políticas educacionais no estado do Rio de Janeiro: provocações sobre democracia e gestão da escola pública*, cujas organizadoras são: Daniela Patti do Amaral, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Sistemas Educacionais (GESED) e Marcela Castro, Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bolsista CAPES-Print pelo Programa de Doutorado em Ciências da Educação na Universidade do Minho (UMinho) e pesquisadora do GESED.

O livro traz na capa a imagem de um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), escola pública de tempo integral, com concepção administrativa e pedagógica próprias. Seu idealizador o antropólogo Darcy Ribeiro ao assumir o cargo de vice-governador na gestão de Leonel de Moura Brizola, em 1983, coordenou o Programa Especial de Educação, cuja principal meta era a implantação dos CIEPs. Realizou o Encontro de Mendes para discutir com os profissionais da educação as mudanças almejadas para a rede de ensino estadual na gestão de Brizola.

Esse momento histórico representa um período marcado por uma política fortalecedora do processo democratizante no estado fluminense. No que se refere à gestão democrática mesmo antes da promulgação da CRFB/88



e, em meio, a um ambiente político que acabará de sair do autoritarismo o documento de Mendes propôs para a direção das escolas que “os candidatos sejam eleitos pelos profissionais da educação em exercício, em cada unidade escolar” (RIBEIRO, 1986, p. 36). Um inegável avanço naquele período que expressava o anseio dos profissionais da educação.

O livro traz 8 artigos científicos que abordam a gestão democrática da escola a partir da ação dos sujeitos que interpretam e encenam as políticas propostas. Os textos versam sobre temas variados acerca da gestão democrática da rede pública fluminense tais como: participação da comunidade como mecanismo de uma escola democrática; a legislação para regulamentar a oferta do ensino religioso; a participação dos sujeitos das comunidades educativas que interpretam as políticas propostas para os Conselhos Escolares; eleição direta de diretores escolares, desde a década de 1990, no município de Queimados; ampliação da jornada escolar por meio da política de Turno Único; gestão democrática e o desenho do plano de gestão que integra o processo de seleção de diretores; o processo de seleção de diretores em escolas públicas municipais da Mesorregião do Noroeste Fluminense e o mérito no processo de seleção de diretores a partir da análise comparativa do processo legal de seleção de diretor de escolas públicas nos estados do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

O livro proporciona um mergulho em um dos temas mais relevantes e atuais da política educacional brasileira. Sua leitura atenta demonstra relevância, sobretudo, em um momento político, econômico, social e histórico conturbados no qual a sociedade brasileira tem atravessado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. P.; CASTRO, M. (org). **Políticas educacionais no Estado do Rio de Janeiro**: provocações sobre democracia e gestão da escola pública. [Livro Eletrônico]. – Brasília: ANPAE, 2021.

RIBEIRO, D. **O livro dos CIEPs**. Bloch Editores, 1986.